



XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

ISBN: 978-85-68618-01-1

FINANCIAMENTO DE PROJETOS E CONVÊNIOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM RETORNO SOCIAL

RENATA ALMEIDA DA SILVEIRA MALTY SCHLICKMANN

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

remalty@gmail.com

RAPHAEL SCHLICKMANN

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

raphas82@gmail.com

PEDRO ANTÔNIO DE MELO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)

pedro.inpeau@gmail.com

SILMAR NECKEL

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

neckel@gmail.com

TAÍSE PEREIRA MORAES NECKEL

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

taise.moraes@gmail.com

Resumo:

Este trabalho teve como objetivo geral: analisar de que forma os financiamentos de projetos e convênios firmados contribuem para o desenvolvimento das pesquisas na UDESC. Para alcançar este objetivo fez-se um estudo de caso das fontes de financiamento dos projetos e convênios realizados pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC no período 2010-2011. Dentre os resultados alcançados pode-se destacar que: no período a UDESC firmou 35 convênios para obtenção de financiamento de seus projetos, sendo a maioria com a SESu/MEC; 64% dos recursos financeiros obtidos pela UDESC por meio de convênios financeiros são oriundos da CAPES e da FINEP, o que demonstra que há uma concentração do montante de recursos em apenas dois órgãos de fomento; a UDESC é bastante dependente dos recursos do governo estadual para a manutenção das suas atividades; todos os convênios impactaram na dimensão sociocultural seja da própria comunidade acadêmica, seja da sociedade, a dimensão econômica foi impactada por quatro dos 10 convênios firmados entre a UDESC e entidades externas, e as dimensões ambiental e política foram impactadas por apenas um projeto.

Palavras-chave: financiamento; convênios; retorno social.

1 INTRODUÇÃO

É tema corrente que o Brasil está em processo de formação de pessoal de alto nível, com títulos de mestres e doutores, sendo que as pesquisas realizadas pelos mesmos estão colocando o Brasil em destaque na comunidade científica internacional. Essas mesmas pesquisas também fazem contribuições importantes para a própria sociedade brasileira, seja na área social ou empresarial, e contribuem para o desenvolvimento técnico, científico e social.

Cabe destacar que apesar dos avanços ainda há muito que se conquistar, e em determinadas áreas faltam pessoal de excelência em quantidades e qualidades suficientes, a citar como exemplos recentes vagas não preenchidas por advogados para cargos de juízes no poder judiciário ou falta de médicos em algumas regiões do país. É necessário, portanto uma maior atenção do Estado nas áreas deficientes, e fomentar cada vez mais as pesquisas nessas áreas. Uma das formas de realizar esse feito é por meio de financiamento de projetos ou firmando convênios com Instituições Públicas de Ensino, alocando recursos especificamente em pesquisas deficitárias e/ou que formam profissionais de excelência escassos.

Nesse sentido, este trabalho tem como problemática: **De que forma os financiamentos de projetos e convênios firmados contribuem para o desenvolvimento das pesquisas na UDESC?** Para responder a esta problemática definiu-se o seguinte objetivo: Analisar de que forma os financiamentos de projetos e convênios firmados contribuem para o desenvolvimento das pesquisas na UDESC. Para atingir esse objetivo foram definidos os seguintes objetivos específicos: Identificar os projetos e convênios firmados entre a instituição de ensino superior e os órgãos de financiamento; Apontar as fontes de financiamento dos projetos firmados; Comparar as fontes de financiamento dos projetos e convênios firmados com recursos próprios e com recursos de órgãos de financiamento; e Verificar os benefícios gerados para a sociedade com o resultado dos projetos e convênios.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 PÓS-GRADUAÇÃO FOMENTANDO PESQUISAS NO BRASIL

Neves (2002) esclarece que a legislação federal divide os níveis escolares em duas categorias, sendo a Educação Básica e o Ensino Superior. A finalidade da primeira é a formação comum indispensável ao exercício da cidadania, enquanto que na Educação Superior tem-se a complementação da educação formal com variados graus de abrangência e especialização. É dever do Estado a garantia da Educação Básica à toda a população, sendo atualmente o grande financiador desse nível educacional.

No Brasil, é principalmente no Ensino Superior que são formados profissionais com elevado grau de conhecimentos para atuarem no mercado, fornecendo mão de obra qualificada para atender as empresas privadas e a própria administração pública. Ressalta-se que pertencente à grande área da Educação Superior, está a Pós-Graduação, que fornece pessoal de excelência que contribuem para o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil. É na Pós-Graduação também que se realiza o maior quantitativo de pesquisas científicas e tecnológicas no país, colocando o Brasil em destaque internacional em um mercado competitivo como o atual (CAPES, 2004).

Formar profissionais de excelência e realizar pesquisas possui um custo muito alto, que no Brasil o Estado participa de forma decisiva no financiamento da educação superior, seja direta ou indiretamente. Na primeira situação, o Estado financia as pesquisas, seus estudantes e pesquisadores em entidades pertencentes à sua própria administração, por meio principalmente das Universidades Públicas, que são os locais onde são realizadas grande parte

das pesquisas no país. O ensino e a pesquisa nessa situação são gratuitas aos estudantes e pesquisadores, que muitas vezes também recebem ajuda de custo, além do Estado manter em seu quadro de pessoal professores com elevados títulos educacionais.

Na segunda situação, o mercado privado, a exemplo das faculdades particulares, participa diretamente na formação de pessoal qualificado, fornecendo a estrutura necessária ao ensino. No entanto, por sobreviverem de mensalidades cujos valores por ora restringem o acesso de grande parte da população brasileira ao ensino superior e, concomitantemente a necessidade de se formar uma grande quantidade de pessoal (TROW, 2005), e não tendo estrutura suficiente para atender a demanda, o Estado passou a financiar a permanência dos estudantes em instituições privadas, por meio de pagamento das mensalidades às mesmas e até com ajuda de custo ao estudante. O PROUNI e o FIES são exemplos atuais de programas que financiam estudantes do ensino superior em instituições privadas.

Evidencia-se dessa forma a importância que possui o Estado no financiamento do ensino superior. Na esfera do Poder Executivo Federal, os assuntos relacionados à educação são em maioria de responsabilidade do Ministério da Educação - MEC, órgão subordinado diretamente à Presidência da República.

A educação superior é de responsabilidade do MEC, tendo delegado sua competência à Secretaria da Educação Superior – SESu, dentro da administração federal direta. Sob supervisão desta secretaria e vinculação direta ao ministério, a operacionalização da educação superior é realizada por órgãos da administração indireta, as universidades federais (que são autarquias) e as instituições isoladas de ensino superior. Ressalta-se que a operacionalização da educação superior não é realizada exclusivamente por estes órgãos, mas estes são os principais. Destaca-se ainda o papel da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (que é uma fundação), sendo este órgão pertencente à administração indireta e que fomenta, junto às universidades federais o ensino de Pós-Graduação.

É na estrutura das Universidades Públicas (CAPES, 2004) onde ocorre grande parte das pesquisas realizadas, estando muito associadas à Pós-Graduação, em que mestrandos e doutorandos em conjunto com professores realizam as pesquisas em núcleos e laboratórios de pesquisa.

2.2 ORÇAMENTO E AS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

No orçamento de uma empresa privada estão inseridos os desejos do proprietário, quase sempre com a criação de valor econômico como afirmam Ross, Westerfield e Jaffe (2002). Sanvicente (1987) reforça essa tese ao afirmar que a política é um aspecto importante que influencia as decisões da gestão financeira, ora chamada também de diretrizes. O orçamento público também possui anseios daqueles que o elaboram, no entanto de forma peculiar, pois estes são pessoas eleitas pela população para representá-las, devendo haver nesse anseio o interesse público.

Para entender de que forma se dá esse processo, são apresentados alguns conceitos que auxiliarão na compreensão, sendo o Direito Público a principal área do conhecimento que contribui para o entendimento. Foi citado anteriormente que participam do processo de elaboração do orçamento o Poder Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como os seus diversos órgãos auxiliares, cabendo então compreender quem são os personagens do processo.

Meirelles (2009, p. 65) explana que Governo é a “[...] expressão política do comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem vigente.”, enquanto que a Administração Pública “[...] é o conjunto de órgãos instituídos para a consecução dos objetivos do Governo.”. Reforçando essa idéia, a autora completa que “A Administração é o instrumental de que dispõe o Estado para pôr em prática as opções políticas do Governo”. Entretanto essas definições não permitem identificar os personagens, pois como

a própria autora afirma, Governo e Administração são criações abstratas da legislação, mas que atuam por intermédio de suas entidades, órgãos e agentes.

Na definição de Meirelles (2009), Entidade é pessoa jurídica, enquanto que órgão é elemento despersonalizado incumbido de realizar as atividades da entidade ao qual pertence, por meio de seus agentes, que são pessoas físicas. Em termos práticos, Entidade seria a União, os Estados e os Municípios; os órgãos seriam o Congresso Nacional, a Presidência da República e o Supremo Tribunal Federal, e seus respectivos similares em nível estadual e municipal; enquanto que os agentes são pessoas físicas incumbidas da função estatal do órgão ao qual pertencem, seja definitivamente ou transitoriamente.

Tem-se então quem são os agentes políticos que atuam no Congresso Federal (Senadores e Deputados Federais) e na Presidência da República (Presidente), transitoriamente, sendo que Meirelles (2009) afirma como sendo os componentes do Governo nos seus primeiros escalões, investidos em mandatos por eleição. Cabe ressaltar que a teoria apresenta mais exemplos e classificações para entidades, órgãos e agentes, sendo que foi apresentado aqui somente aquele de proveito para o entendimento do processo orçamentário.

Após esses conceitos, e ciente do processo de elaboração do orçamento, é verificável que o orçamento é aprovado por aqueles que governam nos primeiros escalões da esfera pública, havendo a inserção de vontades políticas desses agentes, seja no momento de propor o orçamento ou nas discussões e avaliações que ocorrem no legislativo. Peres (1997, p. 36) também fornece subsídios para esse entendimento, quando expõe que “as metas [...] do orçamento devem estar em consonância com o programa doutrinário do partido político de sustentação do governo [...]”, sendo que Silva (2004, p. 58) reforça a idéia do autor anterior ao explicar que fatores políticos influenciam a elaboração do orçamento, possuindo características do que chama de “[...] facção partidária que detém o poder.”

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a identificação dos convênios firmados entre a instituição de ensino superior e os órgãos de financiamento utilizou-se como fonte de dados os relatórios internos do Setor de Contratos e Recursos Externos da Coordenadoria de Programação Orçamentária da Pró-Reitoria de Planejamento da UDESC. Além disso, consultou-se o Relatório de Gestão da UDESC (2008-2012) bem como o Portal da Transparência do Governo Federal. A partir da análise dos documentos supracitados foi possível identificar as principais fontes de financiamento dos projetos firmados entre a UDESC e os órgãos de financiamento no período 2007-2011.

Para classificar as fontes de financiamento dos projetos como sendo com recursos próprios ou oriundos de órgãos de financiamento, verificou-se nos relatórios a que se teve acesso a origem dos recursos. Como “recursos próprios” foram classificados todos aqueles oriundos de recursos investidos pela própria UDESC. Todo recurso externo à universidade foi classificado como oriundo de “órgãos de financiamento”, os quais foram subdivididos em recursos públicos (federais, estaduais, municipais) ou recursos empresariais, conforme classificação empregada nos Indicadores consolidados do Ministério da Ciência e Tecnologia¹. Após essa classificação fez-se uma análise comparativa em termos percentuais de participação de cada órgão de financiamento nos projetos em relação à participação da própria UDESC.

Os benefícios gerados para a sociedade com o resultado dos convênios foi analisado considerando a proposta de Cechella (2008) que utilizou quatro dimensões para verificar

¹http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/9058/Brasil_Dispensio_nacional_em_ciencia_e_tecnologia_C_T_sup_1_sup_.html Acesso em março de 2014.

evidências do conceito de desenvolvimento local nos projetos de pesquisa desenvolvidos nas universidades fundacionais catarinenses. Tais dimensões foram baseadas no trabalho de Gallicchio (2004), conforme quadro a seguir.

Quadro 1: Dimensões para avaliação de benefícios gerados pelos convênios à sociedade

Dimensões	Evidências
Econômica	Criação, acumulação e distribuição de riqueza; aumento do valor agregado de produto, inovação de processo ou produto.
Sociocultural	Qualidade de vida, igualdade, integração e inclusão social.
Ambiental	Qualidade do meio ambiente, preservação de recursos energéticos e naturais.
Política	Subsídios para governabilidade do território ou de alcance específico.

Fonte: Adaptado de Cechella (2008)

Nesse sentido, para verificar tais evidências acessaram-se dois tipos de documentos: a) Os objetos dos documentos que deram origem aos convênios; b) Os relatórios parciais ou finais da prestação de contas dos convênios. Nessa análise, buscou-se a partir de análise interpretativa verificar em qual dimensão cada um dos convênios melhor se enquadrava. Assim, foram analisados todos os convênios realizados pela UDESC com prazo de vigência entre 2010 e 2011.

4 RESULTADOS

4.1 A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Inspirando-se na Doutrina da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina, o governo do Estado de Santa Catarina decidiu criar em 1965 a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), concebendo-a como uma instituição vocacionada à preparação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento integral e integrado do Estado de Santa Catarina, cuja carência era um dos fatores limitantes à dinamização do processo de desenvolvimento estadual.

O Campus I – Grande Florianópolis (criado em 1965), localizado em Florianópolis, congrega cursos voltados à Educação e ao Setor Terciário da Economia e da Prestação de Serviços. Assim, este campus contempla os seguintes centros de ensino: o Centro de Artes – CEART (com cursos nas áreas de Artes Cênicas, Artes Visuais, Design, Moda e Música); o Centro de Ciências da Saúde e do Esporte – CEFID (com cursos nas áreas de Educação Física e Fisioterapia); o Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG (com cursos nas áreas de Administração Empresarial e Pública, e Ciências Econômicas); o Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED (com cursos nas áreas de Biblioteconomia, Geografia, História e Pedagogia); e o Centro de Educação a Distância – CEAD (com cursos na área de Pedagogia). O Campus II – Norte Catarinense (criado em 1965), localizado em Joinville e São Bento do Sul, dedica-se a áreas de conhecimentos voltadas ao Setor Industrial, atividade de grande destaque no Norte Catarinense. Fazem parte deste campus os seguintes centros de ensino: o Centro de Ciências Tecnológicas – CCT (com cursos nas áreas de Engenharias, Ciências da Computação, Matemática, Física e Química) e o Centro de Educação do Planalto Norte – CEPLAN (com cursos nas áreas de Ciências da Informação e Tecnologia Industrial). O Campus III - Planalto Serrano (criado em 1965), localizado em Lages, região agropecuária, direciona sua atuação às Ciências Agrárias e contempla o Centro de Ciências Agroveterinárias – CAV (com cursos nas áreas de Agronomia, Engenharias Ambiental e Florestal, e Medicina Veterinária). O Campus IV - Oeste Catarinense (criado em 2004), com cursos em Chapecó, Palmitos e Pinhalzinho, busca fixar na terra profissionais da área de alimentos e zootecnia, uma forte vocação do Oeste do Estado, bem como colaborar na

questão da saúde, com o curso de enfermagem, área ainda de frágil assistência na região. Este campus conta com o Centro de Educação Superior do Oeste – CEO (com cursos nas áreas de Enfermagem, Zootecnia e Engenharia de Alimentos). O Campus V - Vale do Itajaí (criado em 2006), com cursos em Ibirama e Balneário Camboriú (criado em 2010), irá se voltar cada vez mais para a área de rios, mananciais e natureza, com cursos que visem à preservação do meio-ambiente, na área das engenharias. Em Ibirama está localizado o Centro de Educação Superior do Vale do Itajaí – CEAVI e em Balneário Camboriú o Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí – CESFI (com cursos nas áreas de Engenharias de Petróleo e Sanitária, Ciências Contábeis, e Sistemas de Informação). O Campus VI - Sul Catarinense (criado em 2006), em Laguna, visa fomentar o turismo e a indústria da pesca, as duas áreas mais fortes na economia da região. Nele está localizado o Centro de Educação Superior da Região Sul – CERES (com cursos nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia de Pesca).

Como universidade pública e totalmente gratuita, a UDESC em seus 50 anos de história completados em 2015, já formou aproximadamente trinta e quatro mil alunos nos níveis de graduação (presencial e a distância) e de pós-graduação (lato e stricto sensu).

4.2 A GESTÃO DE CONVÊNIOS NA UDESC

De acordo com o Regimento Interno da UDESC aprovado por seu Conselho Universitário através da Resolução nº 044 de 01 de junho de 2007, a realização de convênios com outras instituições públicas ou privadas envolve diretamente os seguintes setores da universidade: a) **Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**: a quem cabe “incentivar e/ou propor e supervisionar convênios para atividades de pesquisa e/ou cursos de pós-graduação”². Para tanto, há nesta Pró-Reitoria o **Setor de Projetos e Parcerias** “responsável pela elaboração de projetos institucionais para captação de recursos para o desenvolvimento da pesquisa e pós-graduação institucional e apoio aos docentes na análise e elaboração de projetos de pesquisadores”³; b) **Secretaria de Cooperação Interinstitucional e Internacional**: que tem entre suas atribuições “promover e apoiar, em conjunto com os Centros e setores da UDESC, a cooperação com instituições nacionais e estrangeiras, a partir de convênios e acordos”⁴; c) **Biblioteca Universitária**: na medida em que cabe a esta “coordenar a execução de programas de cooperação com instituições congêneres, mediante convênios e acordos”⁵; d) **Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação dos Centros**: que tem o papel de “fomentar e apoiar os convênios para atividades de pesquisa e/ou cursos de pós-graduação”⁶; e) **Diretoria de Extensão dos Centros**: a quem cabe “fomentar e apoiar convênios e intercâmbio com outras instituições na sua área de abrangência”⁷; f) **Setor de Controladoria de Convênios de Recursos Externos – SECORE** que tem entre suas atividades: “prover a gestão de convênios financeiros, auxiliar na concepção do convênio, auxiliar na classificação dos itens de despesa, e auxiliar na elaboração do plano de trabalho”.

Cabe ressaltar que além destes, qualquer outro setor da Universidade interessado em estabelecer convênio pode solicitar a aprovação mediante autorização do Reitor desde que atendidos os trâmites internos⁸.

4.2.1 Gestão de Convênios Financeiros na UDESC

²<http://www.secon.udesc.br/consuni/resol-anexos/2007/Regimento-Geral-da-UDESC-2007.pdf> (Art. 25, p. 8)

³http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/791/relatorio_de_gestao_2008_2012.pdf (p. 154).

⁴<http://www.secon.udesc.br/consuni/resol-anexos/2007/Regimento-Geral-da-UDESC-2007.pdf> (Art. 39, p. 13)

⁵ Idem (Art. 44, p. 14).

⁶ Ibidem (Art. 67, p. 20).

⁷ Ibidem (Art. 68, p. 20).

⁸http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/206/in_tramitacao_de_convencios.pdf

O Setor de Controladoria de Convênios de Recursos Externos - SECORE da Pró-Reitoria de Planejamento da UDESC é o setor responsável por fazer a gestão dos convênios que envolvam recursos financeiros. Enquanto os demais setores supracitados têm uma atuação mais voltada para a celebração dos convênios, que envolvam ou não recursos financeiros, é o SECORE quem faz a gestão financeira destes. Nesse sentido, a pesquisa voltou-se para os convênios financeiros firmados pela UDESC e geridos pelo SECORE.

De acordo com o Regimento Interno da UDESC⁹, Art. 266, os recursos financeiros da UDESC constituem-se de:

- I - recursos provenientes do percentual da receita estadual destinada à UDESC;
- II - subvenções, auxílios, contribuições, doações e verbas atribuídas à UDESC pela União, Estados, Municípios, Autarquias e órgãos do setor público e por pessoas físicas e jurídicas nacionais, internacionais e estrangeiras;
- III - financiamentos e contribuições originárias de acordos, convênios, contratos e protocolos (grifo nosso);**
- IV - taxas, contribuições ou emolumentos cobrados, conforme resolução e nos termos estatutários e regimentais;
- V - renda de serviços prestados à comunidade por intermédio de órgãos universitários;
- VI - produto de alienação ou aplicação de bens;
- VII - produto de para fiscalidade ou de estímulo fiscal;
- VIII - multas e penalidades financeiras;
- IX - heranças;
- X - outras rendas que possa auferir.

Para fins desta pesquisa foram analisados os financiamentos e contribuições originários de acordos, convênios, contratos e protocolos, conforme o inciso III do Art. 266 do Regimento Interno negritado na citação. Para fins desta pesquisa utilizaremos o termo genérico “convênio” para todas as modalidades constantes no inciso III do Art. 266 do Regimento Interno da UDESC.

Considerando que esta pesquisa foi aprovada para ser desenvolvida entre 2010-2012, optou-se por analisar os convênios cuja vigência expirasse neste período. Porém, como a coleta de dados da pesquisa encerrou-se antes do final de 2012, foi possível analisar somente os convênios com vigência em 2010 e 2011, pois a vigência dos convênios de 2012 encerrou-se no final do segundo semestre de 2014, após a conclusão desta pesquisa.

4.2.2 Fontes de recursos obtidos pela UDESC por meio de convênios com vigência 2008-2013

Embora a análise mais detalhada dos convênios celebrados pela UDESC englobe o período 2010-2011, conforme mencionado, fez-se um levantamento dos convênios celebrados pela universidade, que envolveu a liberação de recursos no período 2007-2011, e cuja vigência abarcou o período 2008-2013, para conhecer a evolução dos convênios nos últimos anos. Assim, antes de se passar para o foco de análise desta pesquisa, apresenta-se a título de ilustração, os convênios firmados nesse período.

Por meio da análise da tabela a seguir é possível constatar que a maior parte dos convênios realizados pela UDESC considerando o período de vigência dos convênios 2008-2013, se deu com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação –

⁹<http://www.secon.udesc.br/consuni/resol-anexos/2007/Regimento-Geral-da-UDESC-2007.pdf> (Art. 266, p. 64)

SESu/MEC, em termos quantitativos, com 10 convênios no total. O segundo maior quantitativo de convênios se deu com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, fundação do Ministério da Educação, com 7 convênios. Na sequência destaca-se a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI com 6 convênios, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, com 2 convênios celebrados. Outras 10 instituições com 1 convênio cada completam o total de 35 convênios celebrados no período.

Tabela 1: Convênios firmados pela UDESC com vigência no período 2008-2013

ORGÃO CONCEDENTE	Nº DO CONVÊNIO	VIGÊNCIA	RECURSOS FINANCEIROS LIBERADOS					TOTAL
			2007	2008	2009	2010	2011	
PROCEL CELESC	39485	30/09/2008	168.362,00					168.362,00
MEC SESu	118/2007	31/12/2008		30.000,00				30.000,00
MEC SESu	119/2007	31/12/2008		30.000,00				30.000,00
MEC SESu	120/2007	31/12/2008		30.000,00				30.000,00
SEITEC - FUNCULTURAL	-	31/12/2008		130.000,00				130.000,00
MEC SECAD	010/2006	31/12/2008	104.725,00					104.725,00
MEC CULTURA	501/2007	24/06/2009			30.000,00			30.000,00
MEC SESu	007/2008	31/07/2009		134.256,00				134.256,00
MEC FNDE	656050/2008	03/08/2009		135.135,00				135.135,00
CAPES PICDT	00024/08-2	31/12/2009		128.626,00	18.000,00			146.626,00
CAPES DS	023/2007	31/01/2010		926.984,00	103.200,00			1.030.184,00
MEC SESu	140/2007	30/09/2010		400.000,00	100.000,00			500.000,00
FINEP	01.05.0382.00	31/10/2010	508.130,00					508.130,00
FINEP	01.06.0633.01	22/12/2010	275.974,09	19.758,61				295.732,70
MEC SESu	127/2006	31/12/2010		100.000,00				100.000,00
SESI	111.496/2009	28/02/2011			26.242,44	65.606,10		91.848,54
CAPES PRODOCÊNCIA	005/2008	15/06/2011			154.725,26	1.274,74		156.000,00
MEC SESu	024/2008	30/06/2011			300.000,00			300.000,00
MEC SESu	151/2007	30/06/2011		300.000,00				300.000,00
FINEP	01.06.1277.00	29/12/2011	560.221,00		560.220,00			1.120.441,00
CAPES UAB- EST	02/2011	04/03/2012					365.929,75	365.929,75
FUNTEC BNDES	09209471	16/03/2012				29.000,00	276.500,00	305.500,00
Ministério Público SC	36/2007	12/04/2012	185.069,70	411.654,76	495.000,02	547.916,68	580.000,00	2.219.641,16
CAPES PROAP	073/2007	30/04/2012		262.624,94	427.955,00	415.030,00	640.860,00	1.746.469,94
MEC SESu - PROEXT 2009	001/2010	30/06/2012				110.850,00		110.850,00
MC IPHAN	705980/2009	29/08/2012				100.000,00		100.000,00
MEC SESU - PROEXT 2010	011/2011	31/08/2012					119.918,08	119.918,08
MEC FNDE	657611/2009	16/10/2012					250.000,00	250.000,00
FINEP	01.07.0500.00	22/11/2012	606.681,50		606.681,50			1.213.363,00
CAPES PRÓ- EQUIP	011/2009	31/12/2012				342.731,00		342.731,00
CAPES PRÓ- EQUIP	047/2010	31/12/2012					1.257.811,40	1.257.811,40
FINEP	01.09.0314.00	11/03/2013			390.754,00			390.754,00

Instituto Arte na Escola	-	26/06/2013		5.000,00				5.000,00
FINEP	01.10.0547.00	22/11/2013					851.259,00	851.259,00
PIMA	-	31/12/2013	3.749,29	3.403,65	16.886,28		5.631,76	29.670,98
TOTAL			2.412.912,58	3.047.442,96	3.229.664,50	1.612.408,52	4.347.909,99	14.650.338,55

Fonte: Adaptado da UDESC (2012)¹⁰.

A tabela a seguir permite visualizar de forma mais sintética as informações da tabela anterior.

Tabela 2: Número de convênios firmados pela UDESC com vigência no período 2008-2013 (sintética)

INSTITUIÇÃO	Nº CONVÊNIOS
CAPES	07
FINEP	06
FNDE	02
SESu	10
OUTROS	10
TOTAL	35

Fonte: dados primários.

Assim, tem-se que 28% dos convênios firmados pela UDESC foram com a SESu, 20% com a CAPES, 17% com o FINEP, 6% com o FNDE e 29% com outras instituições de fomento. Há que se destacar, no entanto, que o quantitativo de convênios não implica, no caso da UDESC, uma relação direta com o volume de recursos obtidos junto às instituições de fomento. Ao se analisar o volume de recursos financeiros obtidos pela UDESC por meio de convênios, observa-se que 34% deles advêm dos realizados com a CAPES; 30% dos recursos tem origem nos convênios realizados com a FINEP; 11% são originados dos realizados com a SESu; 3% com o FNDE; e 22% com outras instituições de fomento. Assim, 64% dos recursos financeiros obtidos pela UDESC por meio de convênios financeiros são oriundos da CAPES e da FINEP, o que demonstra que há uma concentração do montante de recursos em apenas dois órgãos de fomento. A tabela seguinte apresenta essas informações, de forma mais detalhada.

Tabela 3: Convênios firmados pela UDESC vigência 2008-2013: quantitativo X recursos

INSTITUIÇÃO	Nº CONVÊNIOS	% (QUANTITATIVO)	RECURSOS (R\$)	% (RECURSOS)
CAPES	7	20,00%	5.045.752,09	34,44%
FINEP	6	17,14%	4.379.679,70	29,89%
FNDE	2	5,71%	385.135,00	2,63%
SESu	10	28,57%	1.655.024,08	11,30%
OUTROS	10	28,57%	3.184.747,68	21,74%
TOTAL	35	100,00%	14.650.338,55	100,00%

Fonte: dados primários.

4.2.3 Fontes de recursos obtidos pela UDESC por meio de convênios com vigência 2010-2011

¹⁰http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/791/relatorio_de_gestao_2008_2012.pdf (p. 260)

Apresentadas as fontes de recursos obtidos pela UDESC por meio de convênios com vigência 2008-2013 a título de ilustração, passa-se a analisar de forma mais aprofundada os convênios com fim da vigência no biênio 2010-2011. Foram identificados um total de 10 convênios cujo fim da vigência foi o ano de 2010 ou o ano de 2011. Destes, quatro foram feitos com o MEC-SESu, três com a FINEP, dois com a CAPES e um com o Serviço Social da Indústria – SESI. Quanto ao volume de recursos obtidos pela UDESC por meio desses convênios, a maior parte (44%) veio do convênio com a FINEP. A tabela seguinte ilustra esses dados.

Tabela 4: Convênios financeiros com vigência em 2010-2011

INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE CONVÊNIOS	VALOR TOTAL	PARTICIPAÇÃO
CAPES	2	R\$ 1.186.184,00	27%
FINEP	3	R\$ 1.924.3030,70	44%
MEC/SESU	4	R\$ 1.200.000,00	27%
SESI	1	R\$ 91.848,54	2%
TOTAL	10	R\$ 4.402.336,24	100%

Fonte: dados primários.

Com base na análise da tabela acima é possível constatar ainda que 98% dos recursos desses convênios advêm de órgãos de financiamento classificados como públicos federais e apenas 2% são oriundos de órgãos empresariais. De acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI em 2010 do total de dispêndios com ciência e tecnologia no Brasil, 53,82% tiveram origem de órgãos públicos, enquanto 46,18% tiveram origem em organizações empresariais. Do total de recursos públicos despendidos em ciência e tecnologia, 68,87% teve origem em órgãos públicos federais. A tabela seguinte traz um comparativo entre a origem dos recursos dos convênios realizados pela UDESC com vigência em 2010-2011 e o dispêndio em ciência e tecnologia no Brasil por fonte de recursos em 2010.

Tabela 5: Origem dos recursos dos convênios financeiros com vigência 2010-2011

Origem dos recursos	UDESC	Brasil
Público federal	98%	37,07%
Público estadual	-	16,75%
Empresarial	2% ¹	46,18%
Total	100%	100%

Fonte: dados primários.

Nota: ¹No caso da UDESC incluem-se organizações privadas sem fins lucrativos.

É possível constatar que há pouca diversificação quanto à captação de recursos oriundos de convênios por parte da UDESC, pois praticamente todo o montante vem de órgãos públicos federais. Considerando que em nível nacional as fontes de obtenção de recursos são mais amplas, como mostra a tabela anterior, a UDESC parece carecer de mais esforços para ampliar suas fontes.

4.2.4 Recursos obtidos por meio de convênios com vigência 2010-2011 e recursos próprios da UDESC

Do total de receitas realizadas pela UDESC no ano de 2011¹¹, R\$ 238.475.677,00 apenas 1,59% têm origem em convênios. Destes, apenas 0,03% têm origem em convênios

¹¹Dados extraídos da Coordenadoria de Contabilidade – CCON da Pró-Reitoria de Administração da UDESC (2011). Disponível em: http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/790/relatorio_prestacao_de_contas_2012_.pdf

com instituições privadas e 1,56% com instituições públicas federais. A tabela seguinte traz esses dados de forma mais detalhada.

Tabela 6: Valores dos recursos dos convênios financeiros com vigência 2010-2011, por origem

Origem dos recursos	Valor (R\$)	%
Receitas Próprias	2.803.859	1,18%
Convênios União/Municípios	3.716.678	1,56%
Convênios de Instituições Privadas	59.879	0,03%
Transferência Financeira Recebida (Estado de Santa Catarina)	231.895.261	97,24%
Total	238.475.677	100%

Fonte: dados primários.

Sobre cada uma das receitas apresentadas na tabela anterior é possível fazer algumas considerações: a) **Receitas próprias**: são receitas oriundas de aluguéis de salas, aluguéis de restaurantes/lanchonetes, consultoria técnica, multas e juros previstos em contratos, remuneração depósitos bancários, serviços de inscrição em concursos públicos, serviços de inscrição em vestibular, serviços educacionais taxas e emolumentos, indenizações e restituições entre outras receitas; b) **Convênios União/Municípios**: são as receitas oriundas de convênios realizados entre a UDESC e a União ou entre a UDESC e os Municípios; c) **Convênios de Instituições privadas**: são as receitas oriundas de convênios realizados entre a UDESC organizações privadas; d) **Transferência Financeira Recebida (Estado de Santa Catarina)**: são as receitas oriundas do repasse do Tesouro do Estado de Santa Catarina, do Fundo de Desenvolvimento Social do Estado, do Fundo Estadual de Incentivo à Cultura, Turismo e Esporte e do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior. Tal descrição mostra que a UDESC é bastante dependente dos recursos do governo estadual para a manutenção das suas atividades.

4.3 BENEFÍCIOS GERADOS PELOS CONVÊNIOS REALIZADOS PELA UDESC

Conforme mencionado, para a apresentação dos benefícios gerados pelos convênios realizados pela UDESC, serão analisados apenas aqueles com vigência no biênio 2010-2011.

4.3.1 Convênios com a CAPES

A UDESC realizou dois convênios com a CAPES com vigência nos anos de 2010 e 2011, conforme apresentado a seguir.

4.3.1.1 Convênio Demanda Social

O Convênio Demanda Social CAPES realizado entre a UDESC e a CAPES teve por objetivo conceder bolsas de estudo a alunos dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UDESC. O total de recursos obtidos pela UDESC por meio deste convênio foi de R\$ 1.030.184,00. O principal benefício do convênio foi a possibilidade de financiar a permanência dos alunos de pós-graduação da UDESC em seus cursos por meio do pagamento de bolsas aos mesmos. Sendo assim, considerando as dimensões para a avaliação de benefícios gerados pelos convênios à sociedade, destacam-se a econômica e a sociocultural, pois possibilita a distribuição de recursos aos alunos bem como a permanência desses nos cursos.

4.3.1.2 Convênio PRODOCÊNCIA

O Convênio PRODOCÊNCIA estabelecido entre a UDESC e a CAPES decorreu do projeto intitulado “Produção de Materiais Pedagógicos e Desenvolvimento de Metodologias para a Educação Básica do Estado de Santa Catarina”¹². Este projeto foi concebido com o objetivo de “qualificar a ação docente dos licenciandos da UDESC com vistas a ampliar o vínculo com a comunidade catarinense a partir do desenvolvimento de materiais e metodologias para a educação básica”¹³. O total de recursos envolvidos nesse convênio foi de R\$ 156.000,00. Para o atingimento do objetivo proposto foram apresentados quatro grupos de metas¹⁴: **Meta 1:** Considerando as necessidades de organização e gestão do projeto PRODOCÊNCIA a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UDESC em conjunto com os Centros de Ensino, constituirá uma rede com representantes das licenciaturas da UDESC, para a partir do cenário da UDESC, estimular ações críticas e fundamentadas no campo da aproximação com a rede pública. **Meta 2:** Socializar as ações produzidas na primeira fase, bem como, disponibilizar para as redes de ensino, egressos da UDESC, licenciandos, farto material pedagógico produzido na Universidade, com possibilidades de contribuir para as demandas das redes de ensino, por meio das escolas parceiras, detectadas no diagnóstico inicial. **Meta 03:** Sensibilizar as licenciaturas no âmbito da inclusão, entendendo neste contexto os aspectos, Inter étnicos, das pessoas com deficiências, dos grupos diferenciados de modo geral. Pensar a formação do sujeito com direito a diferença e com igualdade de oportunidades na sua escolarização e no convívio social. Fomentar uma cultura inclusiva na formação de professores e de formadores de professores. **Meta 04:** Fortalecer as ações de docente enfatizando o fazer pedagógico como uma atividade criativa e reflexiva que exige entre outros atributos, o pensar sobre as metodologias e os materiais didáticos no conjunto das práticas docentes na formação do professor e na educação continuada.

Tais metas foram alcançadas por meio da realização de uma série de eventos, ações e atividades específicas que resultaram na constituição de uma rede com representantes dos cursos de licenciatura da UDESC. As ações produzidas no âmbito dessa rede foram socializadas para as redes de ensino, para os estudantes egressos da UDESC e para os estudantes em curso. Foi produzido um denso material pedagógico que contribuiu para as demandas das redes de ensino, por meio de escolas parceiras, detectadas no diagnóstico inicial. Houve sensibilização de toda a comunidade acadêmica para as questões da inclusão, entendendo nesse contexto os aspectos inter-étnicos das pessoas com deficiências dos grupos diferenciados de modo geral. A UDESC aprovou internamente Resolução sobre o assunto. Nesse sentido, pôde-se constatar que os benefícios gerados à sociedade em função do referido convênio foi fundamentalmente sociocultural. Foram beneficiados professores da rede básica de educação, alunos ou não da UDESC; e alunos de educação básica em geral.

4.3.2 Convênios com o MEC-SeSU

A UDESC firmou quatro convênios com o Ministério da Educação, por meio da Secretária de Educação Superior – SeSU. As informações sobre tais convênios são apresentadas a seguir.

4.3.2.1 Convênio MEC-SeSU 1

¹² Extraído do Plano de Trabalho apresentado à CAPES.

¹³ Idem.

¹⁴ Ibidem.

O Convênio MEC-SeSU 1 foi firmado em dezembro de 2006 e teve vigência até o ano 2010, envolvendo recursos financeiros no total de R\$ 100.000,00. O objeto principal do convênio firmado foi apoiar financeiramente o Programa de Apoio a Projetos de Extensão da UDESC. Tal financiamento incluiu os seguintes elementos de despesa: **a) Material de consumo:** 15 toners; 10 caixas de papel sulfite A4; 50 caixas de papel vergê; 50 caixas de papel de foto A4; **b) Serviços de terceiros:** Monitoria para 05 alunos de graduação no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB/FAED-UDESC e pagamento de pró-labores a 05 palestrantes de cursos pertinentes à temática do Núcleo de Estudos Afro Brasileiros - NEAB/UDESC (pessoas físicas) e produção gráfica de folders e banners (pessoa jurídica); **c) Aquisição de equipamentos:** 03 projetores multimídias, os quais foram distribuídos aos Centros da UDESC (CERES, CEO e CEPLAN), com o fito de dar suporte às ações de extensão desenvolvidas nos mesmos; 30 computadores distribuídos aos Centros da UDESC, com o fito de dar suporte às atividades de extensão; 02 máquinas fotográficas digital, para desenvolvimento de atividades de extensão; 03 notebooks, distribuídos aos Centros da UDESC, com o fito de dar suporte às atividades de extensão; 05 filmadoras, distribuídas aos Centros da UDESC, com o fito de dar suporte às atividades de extensão.

O impacto na sociedade deste convênio se enquadra nas dimensões econômica, sociocultural, ambiental e política visto que todos os recursos buscaram atender a projetos de extensão da UDESC atuantes em todas essas áreas.

4.3.2.2 Convênio MEC-SeSU 2

O Convênio MEC-SeSU 2 teve como objeto a construção do prédio educacional do curso de Zootecnia para atender as demandas do Centro Educacional do Oeste – CEO/UDESC. O convênio foi firmado em dezembro de 2007 e teve vigência até o ano de 2010, envolvendo recursos financeiros no total de R\$ 500.000,00.

Os benefícios mais evidentes decorrentes do convênio podem ser observados principalmente na dimensão sociocultural, visto que com a construção do prédio a comunidade acadêmica passou a poder contar com uma infraestrutura física mais adequada para a realização do ensino, da pesquisa e da extensão e consequentemente colaborar com o desenvolvimento da sociedade catarinense.

4.3.2.3 Convênio MEC-SeSU 3

O Convênio MEC-SeSU 3 teve como objeto o apoio financeiro destinado à reestruturação de três laboratórios de informática e da biblioteca do Centro de Ensino do Alto Vale do Itajaí – CEAVI da UDESC – Ibirama. O convênio foi firmado em dezembro de 2007 e teve vigência até o ano de 2011, envolvendo recursos financeiros no total de R\$ 100.000,00. Vale destacar, no entanto, que R\$ 47.731,66 deste montante foram devolvidos, pois não foram aplicados durante a vigência do convênio. Decorrentes deste convênio foi possível a reestruturação de três laboratórios de informática do CEAVI/UDESC; reestruturação da sala dos servidores; reestruturação da rede da biblioteca e aquisição de livros para o acervo da biblioteca, totalizando R\$ 54.084,64.

Em decorrência de seu objeto, os benefícios mais evidentes decorrentes do convênio podem ser observados principalmente na dimensão sociocultural, visto que com a reestruturação de laboratórios, além da biblioteca bem como da sala dos servidores impacta favoravelmente na melhoria das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como nas atividades-meio desempenhadas pelos servidores da universidade.

4.3.2.4 Convênio MEC-SeSU 4

O Convênio MEC-SeSU 4 teve como objeto o apoio financeiro destinado à montagem de quatro laboratórios: Laboratório de Física, Laboratório de Química, Laboratório de Biologia e Laboratório de Análises Físico-Químicas das áreas de formação básica dos cursos de Engenharia da UDESC. O convênio foi firmado em dezembro de 2008 e teve vigência até o ano de 2011, envolvendo recursos financeiros no total de R\$ 300.000,00. Vale destacar, no entanto, que R\$ 136.235,07 deste montante foram devolvidos, pois não foram aplicados durante a vigência do convênio.

A principal dimensão impactada em decorrência deste convênio foi a sociocultural, pois trouxe como consequência a melhoria na infraestrutura de ensino e pesquisa na área de Engenharias da UDESC.

4.3.3 Convênios FINEP

A UDESC firmou três convênios com a Agência Brasileira da Inovação – FINEP, com vigência nos anos de 2010 e 2011. As informações sobre tais convênios são apresentadas a seguir.

4.3.3.1 Convênio FINEP 1

O Convênio FINEP 1 entre a UDESC e a FINEP foi assinado no ano de 2005, com vigência até o ano de 2010. Este convênio teve como objeto a transferência de recursos financeiros para o Plano de desenvolvimento da infraestrutura de pesquisa intitulado “Implantação de infraestrutura Laboratorial para pesquisas do CEFID e CCT”. Tal implantação incluiu a implantação de infraestrutura laboratorial para fortalecimento do PPG em Ciências do Movimento Humano do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte – CEFID e a melhoria de infraestrutura laboratorial visando a criação do curso de Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais do Centro de Ciências Tecnológicas – CCT. O valor total dos recursos envolvidos no convênio foi de R\$ 508.130,00.

De acordo com o coordenador do Projeto

Pode-se dizer que o resultado final do projeto foi atingido: os dois programas beneficiados com os equipamentos e melhoria de infraestrutura iniciaram recentemente o DOUTORADO. Sendo que o de Programa de Ciência e Engenharia de Materiais é o primeiro programa de Doutorado em Engenharia fora da capital do Estado. Pode-se também dizer que outros pesquisadores não diretamente envolvidos nos programas, bem como empresas das regiões dos centros beneficiados tem à disposição uma melhor infraestrutura laboratorial para possíveis interações. Cita-se como exemplo as interações que o CEFID mantém com o setor calçadista e a CCT com o setor Metal-Mecânico-Químico (WEG, Whirpool, Ciser, WEG-Tintas, DOCOL)¹⁵.

Com base nesta declaração é possível constatar que as dimensões econômica e sociocultural foram as mais impactadas a partir dos resultados do convênio. A primeira dimensão, em função da interação com o setor empresarial e o sociocultural decorrente das consequências diretas na melhoria das condições de ensino e pesquisa dos programas de pós-graduação beneficiados.

4.3.3.2 Convênio FINEP 2

¹⁵ Extraído do relatório de prestação de contas: Considerações do Coordenador (dados secundários).

Um segundo convênio foi firmado entre a UDESC e a FINEP, com início em 2006 e vigência até o ano de 2011. Este convênio teve como objeto a transferência de recursos financeiros para a execução do Projeto intitulado “Performance Humana no iatismo”. O convênio envolveu um montante total de recursos no valor de R\$ 295.732,70. De acordo com o coordenador do projeto

São muitos os resultados atingidos. Destacamos a conclusão do projeto tendo as metas previstas alcançadas, produzindo conhecimento aplicado aos atletas de alto rendimento, conhecimento e experiência aos estudantes de graduação e PG, bem como aos pesquisadores e professores de PG do CEFID.UDESC. Ocorreu também maior interação entre laboratórios e grupos de pesquisa do CEFID, destacando-se o Laboratório de Biomecânica Aquática - LABIAQ, o Laboratório de Psicologia do Esporte e do Exercício - LAPE e em alguns momentos o laboratório de Fisiologia do Exercício. Participaram também grupos de pesquisa do Curso de Fisioterapia, em especial de Fisioterapia Desportiva. Foram realizadas as avaliações e coleta de dados, resultando em relatórios técnicos apresentados aos atletas e comissão técnica. Ocorreu envolvimento direto do Técnico da Seleção Brasileira e Olímpica de Vela da CBVM, bem como de dirigentes da CBVM. Contamos com o apoio e participação do Comitê Olímpico Brasileiro - COB e do Ministério do Esporte - ME. Tais ações resultaram em dezenas de publicações (constam no relatório amplo, assim como o detalhamento dos resultados específicos em relação as metas previstas no projeto). Também resultou em projetos de dissertação e defesas de dissertação no PPGCMH do CEFID/UDESC. Isto fez com que nos grupos de pesquisa e laboratórios citados se envolvessem através da parceria de muitos estudantes de graduação, bolsistas PIBIC e da UDESC, de estudantes de mestrado e doutorado, bolsistas da CAPES, bem como houvesse ampliação significativa da experiência dos mesmos. As visitas "in loco" nas competições internacionais e nacionais, as coletas, a interação no campo de pesquisa e posteriormente nos laboratórios analisando os dados, na produção dos relatórios certamente contribuiu muito na formação destes estudantes¹⁶.

Tendo em vista as considerações do coordenador do projeto, pode-se constatar que a dimensão mais explicitamente impactada foi a sociocultural, principalmente em função da contribuição com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a publicação de trabalhos científicos, e interação com laboratórios de pesquisa relacionados ao objeto do projeto do convênio.

4.3.3.3 Convênio FINEP 3

O terceiro convênio entre a UDESC e a FINEP teve como objeto a modernização da infraestrutura dos laboratórios através da aquisição de equipamentos de última geração, associados aos grupos de pesquisa de cada centro dando suporte ao desenvolvimento de um maior número de pesquisas científicas adequadas às exigências internacionais e consequentemente gerar condições favoráveis para implantação e desenvolvimento dos programas de doutorado em Ciências do Movimento Humano, Ciência e Engenharia de Materiais e Agronomia. O montante de recursos envolvidos no convênio foi de R\$ 1.120.441,00. O convênio teve início em 2006 e sua vigência foi até o ano de 2011.

De acordo com o Relatório Técnico do Projeto os recursos obtidos com o convênio, viabilizaram a implantação de três cursos de doutorado na UDESC, além do desenvolvimento e a modernização da infraestrutura de laboratórios, aumentando a quantidade e a qualidade da pesquisa e da pós-graduação no seu âmbito, com a implantação de três cursos de doutorado.

¹⁶ Idem.

Os programas melhoraram seus conceitos, especialmente em função do aumento quantitativo e qualitativo de publicações.

Os impactos verificados pelo convênio estão os relacionados principalmente à dimensão sociocultural na medida em que seu foco foi no apoio à infraestrutura de ensino e pesquisa aos cursos de doutorado implementados.

4.3.4 Convênio SESI

No ano de 2009 a UDESC firmou com Serviço Social da Indústria – Departamento regional de Santa Catarina – SESI/SC um convênio com o objetivo do desenvolvimento de um projeto de pesquisa denominado “Prevenção das Desordens Musculoesqueléticas no Trabalho”. Tal convênio, vigorou até 2011, sendo que os recursos financeiros no total de R\$ 91.848,54 foram destinados ao pagamento de bolsas de estudos aos alunos envolvidos no desenvolvimento do projeto.

Nesse sentido, é possível concluir que o principal impacto decorrente da aplicação dos recursos deste convênio se deu nas dimensões econômica e sociocultural. No primeiro caso em função da distribuição de recursos aos alunos da UDESC na forma de bolsas, e, no segundo caso, em função da possibilidade de envolver esses alunos em projeto de pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar de que forma os financiamentos de projetos e convênios firmados nas Instituições de Ensino Superior contribuem para o desenvolvimento das pesquisas no Brasil. Para alcançar estes objetivos foi necessário responder às seguintes questões decorrentes dos objetivos específicos desta pesquisa. Na sequência são apresentadas essas questões e as respectivas respostas a que se chegou.

Quais os projetos e convênios firmados entre a instituição de ensino superior e os órgãos de financiamento? Foi possível constatar que a maior parte dos convênios realizados pela UDESC considerando o período de vigência dos convênios 2008-2013, se deu com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – SESu/MEC, em termos quantitativos, com 10 convênios no total. O segundo maior quantitativo de convênios se deu com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, fundação do Ministério da Educação, com 7 convênios. Na sequência destaca-se a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI com 6 convênios, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, com 2 convênios celebrados. Outras 10 instituições com 1 convênio cada completam o total de 35 convênios celebrados no período.

Quais as fontes de financiamento dos projetos firmados? Ao se analisar o volume de recursos financeiros obtidos pela UDESC por meio de convênios, observa-se que 34% deles advêm dos realizados com a CAPES; 30% dos recursos tem origem nos convênios realizados com a FINEP; 11% são originados dos realizados com a SESu; 3% com o FNDE; e 22% com outras instituições de fomento. Assim, 64% dos recursos financeiros obtidos pela UDESC por meio de convênios financeiros são oriundos da CAPES e da FINEP, o que demonstra que há uma concentração do montante de recursos em apenas dois órgãos de fomento.

Quais as fontes de financiamento dos projetos e convênios firmados com recursos próprios e com recursos de órgãos de financiamento? Foram identificados um total de 10 convênios cujo fim da vigência foi o ano de 2010 ou o ano de 2011. Destes, quatro foram feitos com o MEC-SESu, três com a FINEP, dois com a CAPES e um com o Serviço Social da Indústria – SESI. Quanto ao volume de recursos obtidos pela UDESC por meio

desses convênios, a maior parte (44%) veio do convênio com a FINEP. Foi possível constatar ainda que 98% dos recursos desses convênios advêm de órgãos de financiamento classificados como públicos federais e apenas 2% são oriundos de órgãos empresariais. De acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI em 2010 do total de dispêndios com ciência e tecnologia no Brasil, 53,82% tiveram origem de órgãos públicos, enquanto 46,18% tiveram origem em organizações empresariais. Do total de recursos públicos despendidos em ciência e tecnologia, 68,87% teve origem em órgãos públicos federais. Também pôde-se constatar que há pouca diversificação quanto à captação de recursos oriundos de convênios por parte da UDESC, pois praticamente todo o montante vem de órgãos públicos federais. Considerando que em nível nacional as fontes de obtenção de recursos são mais amplas, como mostrado ao longo do trabalho, a UDESC parece carecer de mais esforços para ampliar suas fontes. Do total de receitas realizadas pela UDESC no ano de 2011, R\$ 238.475.677,00 apenas 1,59% têm origem em convênios. Destes, apenas 0,03% têm origem em convênios com instituições privadas e 1,56% com instituições públicas federais. Tal descrição mostra que a UDESC é bastante dependente dos recursos do governo estadual para a manutenção das suas atividades.

Quais os benefícios gerados para a sociedade com o resultado dos projetos e convênios? Ao longo do trabalho foi mostrado com mais detalhes quais os resultados obtidos por cada um dos convênios envolvendo recursos financeiros firmados entre a UDESC e instituições de fomento. Foi possível constatar que todos os convênios impactaram na dimensão sociocultural seja da própria comunidade acadêmica, seja da sociedade. A dimensão econômica foi impactada por quatro dos 10 convênios firmados entre a UDESC e entidades externas. Já as dimensões ambiental e política foram impactadas por apenas um projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 abr. 2010.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano nacional de pós-graduação: PNPG 2005-2010**. Brasília: Capes, 2004. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/PNPG_2005_2010.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2010.

CEHELLA, Gilberto. **A pesquisa nas universidades fundacionais catarinenses e o desenvolvimento local**. Florianópolis, 2008. 226 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

GALLICCHIO, Enrique. El Desarrollo Local em América Latina: estratégia política basada en la construcción de capital social. Seminário Desarrollo con inclusión y equidad: sus implicancias desde lo local. Córdoba: SEHAS, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MEC. Ministério da Educação. **O MEC: história**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=171>. Acesso em: 03 abr. 2010.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 35. ed. Atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2009.

MPOG. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Manual técnico do orçamento: MTO 2010**. 5. ed. Brasília: Secretaria do Orçamento Federal, 2010. Disponível em: <https://www.portalfp.planejamento.gov.br/bib/MTO/MTO_2010_VF5_2.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2010.

NEVES, C. E. B. . A estrutura e o funcionamento do ensino superior no Brasil. In: Soares, M. S. A.. (Org.). **A Educação superior no Brasil**. 1 ed. Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002, v. , p. 43-69

PERES, Lázaro Borges. **Contabilidade pública: ensaios de contabilidade orçamentária**. Florianópolis: CRC/SC, 1997.

ROSS, Stephen A; WESTERFIELD, Randolph; JAFFE, Jeffrey F. **Administração financeira: corporate finance**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANVICENTE, Antônio Zoratto. **Administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental: um enfoque administrativo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.

TROW, Martin. Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII. **eScholarship Repository**, University of California. Disponível em: <<http://repositories.cdlib.org/igs/WP2005-4>>. Acesso em: 12 abr. 2010.